

**Título:** Agenda para a indústria crescer (1) - **Data:** 06/11/2014 - **Veículo:** Notícias do Dia  
**Página:** 12 - **Editoria:** Coluna Panorama - **Cidade:** Florianópolis



*Queremos chegar a 2018 registrando avanços substantivos na redução dos custos e do aumento da produtividade. Apesar das dificuldades, continuamos confiantes. Nós acreditamos no Brasil.”*

**ROBSON BRAGA DE ANDRADE,**  
PRESIDENTE DA CNI

## Agenda para a indústria crescer

O Encontro Nacional da Indústria, que começou ontem e termina hoje em Brasília, reuniu na abertura do evento representantes do setor produtivo de todas as regiões do país e dois ministros. A principal mensagem do primeiro dia de debates foi a necessidade de avançar no diálogo entre governo federal e setor produtivo e nas reformas estruturais que, segundo os representantes do Congresso presentes, tem mais chances de evoluir não de forma ampla, mas apenas nos pontos de consenso entre situação e oposição. O evento, organizado pela CNI (Confederação Nacional da Indústria), teve na abertura a presença e a participação do ministro-chefe da Casa Civil, Aloizio Mercadante, e do ministro interino do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Mauro Borges. Para alento dos empresários, Mercadante convidou o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, para uma reunião na próxima semana na qual governo e indústria começariam a trabalhar nos 42 estudos da entidade que apresentam propostas para fazer o Brasil crescer mais e melhor. De acordo com Mercadante, passada as eleições, o país tem um “governo novo, que terá uma equipe nova” e deve trabalhar as propostas da indústria porque elas seriam convergentes com o que o governo quer.

### Ações além de discursos

Quando o ministro-chefe da Casa Civil prometeu avançar no diálogo com o setor produtivo e começar a trabalhar nas 42 propostas da CNI, os comentários da plateia coincidiram sobre a necessidade da concretização do discurso. Com a perda da competitividade do setor nos últimos anos, agravado pelo baixo crescimento da economia do país, passam a ser urgentes as mudanças estruturais –com reformas política e tributária, para começar– mais do que medidas pontuais de estímulo, como desonerações e incentivos fiscais. O debate mais acalorado e que despertou o maior número de aplausos e risadas na plateia, devido ao tom crítico do jornalista e moderador William Waack, envolveu o senador Armando Monteiro Neto (PTB-PE) e os deputados federais Júlio César Delgado (PSB-MG), Luiz Carlos Jorge Haully (PSDB-PR), Ronaldo Caiado (DEM-GO) e Artlindo Chinaglia (PT-SP). Todos concordaram que é possível avançar nas reformas em 2015, começando pela política, apesar do momento de incerteza no país com as possíveis cassações de mandato após a investigação do escândalo da Petrobras. O único momento de vaia massiva do dia foi para o deputado Artlindo Chinaglia quando ele afirmou que é um problema da Venezuela e do MST se o país latino resolver financiar o movimento sem-terra no Brasil.



FOTOS: MICHEL ANGELO/DIVULGAÇÃO/ND

### PONTOS PARA AVANÇAR

*O ministro Mauro Borges ponderou que a indústria brasileira foi o setor mais afetado com a crise financeira de 2008 e que ela vive uma situação desafiadora. Ele questionou a desindustrialização –processo de dismantling da indústria– ao comentar que todos os processos do gênero no mundo estiveram ligados à anemia da demanda doméstica, o que não é verificado no Brasil. Borges também defendeu o avanço nos investimentos em infraestrutura e na política de comércio exterior para que a indústria volte a ter competitividade. No segundo ponto, ressaltou a importância de dar celeridade aos acordos com “parceiros críticos”, para a conclusão do acordo do Mercosul com a União Europeia, a construção efetiva de uma área de livre comércio na América do Sul e a ação de aprofundar a relação econômica do país com os Estados Unidos e a China.*

### Simplificação

O tema da reforma tributária foi um dos mais transversais durante todo o primeiro dia do encontro. No segundo painel, Jorge Gerdau Johannpeter, presidente do Conselho de Administração do Grupo Gerdau, defendeu como urgente a cumulatividade zero de impostos. “Deveríamos trabalhar para a simplificação absoluta, contabilizando débitos e créditos em tudo”, argumentou. Na avaliação do presidente da Fiesc, Glauco José Côte, o evento deste ano melhorou no nível dos debates. “Dois temas se destacaram: primeiro, o tema político. Nós estamos vendo que teremos uma nova legislação de muita discussão, de debates. O que é bom para o país. O segundo foram as questões envolvendo o governo, como a gestão, os investimentos, a tributação e a educação”, declarou. Para Côte, todos esses temas foram importantes porque estão diretamente relacionados com a competitividade das empresas.